EVENTO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

5ª Reunião Preparatória – 7/2/2017 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Órgãos e entidades presentes	• Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB • Centro Risoleta Neves de Atendimento de Minas Gerais – Cerna • Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte • Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ribeirão das Neves • Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM • Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais • Fórum de Mulheres do Mercosul – Capítulo Brasil • Movimento Popular da Mulher – MPM • Polícia Civil de Minas Gerais – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM • Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher • Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese • Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – Subsecretaria da Igualdade Racial
Parlamentares e assessorias	• Deputada Geisa Teixeira • Assessoria da deputada Celise Laviola • Assessoria da deputada Geisa Teixeira • Assessoria da deputada Ione Pinheiro • Assessoria da deputada Marília Campos • Assessoria da deputada Rosângela Reis
Assessoria ALMG	• Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID • Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC • Gerência-Geral de Rádio e Televisão – GTV
Pauta Prevista	• Abertura • Apresentação dos convidados • Aplicação de questionário pela Gerência de Relações Públicas (GRP) junto aos participantes da reunião preparatória para orientar a elaboração das peças publicitárias do evento • Confirmação da lista das entidades parceiras, que terão seus nomes divulgados nas peças publicitárias • Detalhamento dos objetivos do evento • Marcação da próxima reunião preparatória
	• Aberta a reunião sob a coordenação da equipe técnica. • Breve apresentação das presentes: nome e instituição que representa.

5ª Reunião Preparatória – 7/2/2017 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	• Foi distribuído, pela gerência de Relações Públicas, o questionário que embasará a elaboração da identidade visual e do plano de comunicação para os eventos. • Foi apresentada e lida a lista de entidades parceiras, que figurará nas peças gráficas de mobilização, para conferência dos nomes e siglas das entidades e para verificação da completude da lista e da pertinência da menção a entidades presentes em poucas reuniões. • Passada a coordenação da reunião para a deputada Geisa Teixeira. • A parlamentar afirmou sua alegria em estar novamente se reunindo para planejar a agenda de eventos do Dia Internacional da Mulher, colocou que 2015 e 2016 foram anos importantes para a temática das mulheres na Casa, com a atuação da comissão extraordinária e a realização de debates sobre temas importantes como a violência contra a mulher e busca de maior representatividade em espaços de poder, comentando que são apenas seis deputadas num universo de 77 parlamentares na ALMG, e expressou sua certeza de que será feita uma agenda fortalecida, levando a voz e as demandas das mulheres por um mundo de igualdade para todo o estado de Minas Gerais. • Ressaltou-se que a formação dessa comissão organizadora, com entidades da sociedade civil e do poder público, militantes feministas e parlamentares, tem um significado e uma importância ainda não percebida e reconhecida pelos demais deputados e mesmo por algumas das deputadas, e lembrou-se a demanda pela garantia de assento para uma mulher na Mesa da Assembleia, encaminhada pela PEC 16 e ainda não atendida apesar de toda a mobilização. Argumentou-se que essa demanda não é uma exacerbação do feminismo, mas um direito e uma questão de representatividade, uma vez que as seis deputadas representam 400 mil votos, num Estado com maioria de mulheres, e solicitou-se uma maior presença e participação das parlamentares nas reuniões. • Em relação à lista de entidades, sugeriu-se que não sejam ainda retiradas entidades, uma vez que se está apenas na 5ª reunião, e que se defina um critério de que constem ao final as entidades presentes em três ou mais reuniões. • Foi solicitada a inclusão da Subsecretaria de Igualdade Racial da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. • Solicitou-se também a inclusão da Comissão da Mulher Advogada de Belo Horizonte. • Colocou-se que não se deve retirar entidades por uma questão numérica, mas sim por representatividade, lembrando-se que há pessoas que representam mais de uma entidade. • Sugeriu-se que a GPI faça um reforço no convite para as entidades que não estão sempre presentes. • Colocou-se que não se deve perder muito tempo de reunião para essa questão, uma vez que há pontos mais importantes para definição, como os objetivos gerais dos eventos. • Lembrou-se que o papel dessa comissão organizadora vai além da participação nas reuniões, e envolve inclusive a mobilização para os eventos, e argumentou-se que é mais relevante acrescentar entidades do que excluir. • Perguntou-se sobre a ausência de menção aos mandatos parlamentares presentes, como o da deputada federal Jô Moraes; esclareceu-se que há uma orientação de que mandatos eletivos não sejam citados. • Argumentou-se que os partidos não devem ser excluídos, e que essa orientação revela um preconceito com a militância política.

5ª Reunião Preparatória – 7/2/2017 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	• A equipe técnica relatou que ainda não foram ainda aprovadas pela Mesa Diretora as indicações de cidades e datas para a realização das audiências de abertura e do interior; também as comissões permanentes não foram ainda instaladas e a comissão Extraordinária das Mulheres não foi reinstituída, e os requerimentos para realização de audiências devem ser aprovados em uma comissão parlamentar. A equipe técnica tem agido e pressionado as instâncias possíveis para agilizar as definições. • Foi dito que essa Casa tem sido machista e misógina em sua relação com as demandas das mulheres, o presidente Adalclever Lopes recebeu grupos de mulheres mais de uma vez e assumiu compromissos que não atendeu, como a aprovação da PEC 16 e a transformação da comissão extraordinária em permanente, e agora há essa falta de boa vontade para os eventos do 8 de Março. Reforçou-se também a importância da presença das deputadas mulheres nas reuniões, não bastando a representação dos gabinetes, e a necessidade de que todas elas atuem no sentido de pressionar para o atendimento das demandas das mulheres. • Afirmou-se que se essa indefinição for levada para as bases das entidades isso causará uma grande desmobilização. • Colocou-se que o processo de definição dos temas e pautas tem sido proveitoso, que esse coletivo não deve se desmobilizar, uma vez que o evento institucional provavelmente acontecerá de uma forma ou de outra, sendo importante garantir que ele aconteça da forma que a comissão deseja. • Lembrou-se a proposta aprovada nesse coletivo de que a pressão não ficasse apenas com as deputadas, que acabam sofrendo um desgaste político por parecer que fazem demanda em causa própria, como, por exemplo, para conseguir um cargo na Mesa. • Colocou-se que o Brasil está passando por um momento de regressão de várias conquistas, como por exemplo, com a recente criação de dois novos ministérios, a retirada da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM – do Ministério da Justiça e sua inserção no novo Ministério de Direitos Humanos sem qualquer qualificação ou autonomia; o mesmo aconteceu com as secretarias de igualdade racial, de pessoas com deficiência e de juventude, o que é um grande retrocesso e joga para baixo diversas lutas. Essa situação em relação aos eventos do 8 de Março da ALMG é também um retrocesso e o fato será relatado na reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher nos próximos dias 15, 16 e 17 em Brasília. • A representação do gabinete da deputada Rosângela Reis relatou que as deputadas estão articulando uma reunião entre elas para viabilizar a realização dos eventos, e que dessa reunião sairá uma estratégia para a aprovação dos requerimentos, possivelmente na Comissão de Participação Popular. • Foi perguntado sobre a possibilidade de aprovação direta da Mesa para a realização da abertura e da interiorização. • A consultoria esclareceu as possibilidades técnicas para realização: aprovação de requerimento em comissão permanente, como a de Direitos Humanos ou Participação Popular, ou deliberação da Mesa para realização de eventos institucionais. • A equipe técnica esclareceu que os eventos institucionais têm formatos definidos no Regimento Interno da ALMG; o ciclo de debates é um evento com painéis expositivos, sem previsão de etapas regionais; esse é o modelo já aprovado para o fechamento da agenda de eventos relacionados ao 8 de Março, e é por isso que já se colocou em discussão, nessa comissão organizadora, a programação do ciclo de debates, e não tanto a dos outros eventos; os formatos fórum técnico e seminário legislativo, que são os que contam com encontros regionais, são eventos propositivos, em que há discussão e

5ª Reunião Preparatória – 7/2/2017 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	aprovação de propostas em grupos de trabalho, de modo similar às conferências temáticas chamadas pelo Poder Executivo. Para que a etapa regional fosse realizada como evento institucional, teria que ser aprovado um formato híbrido, sem previsão regimental. • Sugeriu-se que esse coletivo convoque um encontro com as deputadas, já com o indicativo de uma reunião com o presidente, para pressionar pela realização dos eventos. • Argumentou-se se a aprovação de requerimento em comissão permanente já instituída enfraqueceria a luta pela Comissão Permanente das Mulheres. • Propôs-se que, dado o curto prazo até 7 de março, data indicada para o ato de abertura, seja priorizada a aprovação em comissão permanente, e sugeriu-se que seja a de Participação Popular, uma vez que os direitos humanos têm servido de guarda-chuva a diversas lutas, entre elas a das mulheres, o que enfraquece os movimentos. • Foi proposto que se defina já a estratégia para a realização dos eventos: audiências de comissão ou evento institucional. • Argumentou-se que o encontro com as deputadas precede essa definição. • A representação do gabinete da deputada Marília Campos colocou que os assessores não podem dar nenhuma garantia em relação à agenda das deputadas, e sugeriu que se aguarde a reunião que elas realizarão entre si, lembrando que elas podem conseguir avanços. • Ficou definido que as assessorias das parlamentares farão esforços para garantir a presença delas na próxima reunião dessa comissão organizadora, e as parceiras aguardarão as respostas até lá, em lugar de gerar mais uma agenda para o grupo que poderia não ser efetiva. • Ficou combinado que as(os) parceiras(os) trarão sugestões de objetivos por escrito na próxima reunião, para agilizar essa definição. Sugeriu-se que os objetivos busquem ser incisivos, marcando o caráter de luta do 8 de Março. • A assessoria da deputada Marília Campos relatou a negociação com um restaurante próximo à ALMG para a oferta de almoço mais barato para as participantes no sábado, 8 de abril, data indicada para o ciclo de debates. O restaurante é pequeno, e teria que haver um esquema de rotatividade, mas concordou em fazer um preço mais acessível ou garantir uma cota de almoços gratuitos mantendo o preço para as demais, o que resolveria a questão da alimentação no sábado. • Marcada a próxima reunião para o dia 14 de fevereiro, terça-feira.
Próxima reunião	• **Dia 14 de fevereiro de 2017, terça-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões 1 da GPI, localizada no 4° andar do Edifício Tiradentes (Rua Rodrigues Caldas, 79, Bairro Santo Agostinho).**
Tarefas combinadas	• **Solicitado às(aos) parceiras(os) que preparem sugestões de objetivos gerais por escrito para a próxima reunião, e se possível as enviem previamente por e-mail para o encereço gpi@almg.gov.br.**